

NOVAS ESTRATÉGIAS PARA VELHAS PRÁTICAS: MONOCULTURAS DE EUCALIPTO, CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E CONSEQUÊNCIAS PARA COMU- DADES LOCAIS

Rômulo Soares Barbosa¹
Tathiane Paraíso Silva²

Resumo: Este artigo objetiva analisar os efeitos para as comunidades locais da implementação de monoculturas de eucalipto em duas situações de expansão dessas plantações, a saber: em área não certificada e em área de plantio de eucalipto com certificação ambiental. A consolidação da percepção sobre a escassez de recursos naturais, bem como das consequências ambientais da industrialização e do crescimento econômico baseado no uso intensivo de combustíveis fósseis, produziram um quadro normativo-institucional com vistas à regulação das práticas ambientais na direção da mitigação dos efeitos de tais práticas. Os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), os processos de Certificação Ambiental de empreendimentos, e o Mercado de Carbono são figuras centrais desse processo. Todavia, a polissemia e as controvérsias em torno desse campo normativo-institucional das certificações florestais têm suscitado dúvidas quanto aos seus objetivos e consequências práticas. Os resultados apresentados nesse artigo revelam diversas estratégias de atuação utilizadas pelo setor monocultor de eucalipto que ao contrário

¹ Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes. Pesquisador BIPDT da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. E-mail: romulo.barbosa@pq.cnpq.br

² Mestre em Desenvolvimento Social. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: tatymoc@hotmail.com

da responsabilidade social e preservação ambiental proposta pelos próprios órgãos certificadores ao fornecer os selos verdes, não tem cumprido com as premissas de sustentabilidade ambiental e social. Para tanto, foi realizada pesquisa comparativa em duas comunidades rurais circundadas por monocultura de eucaliptos certificadas e não certificadas nos municípios de Felixlândia/MG e Guaraciama/MG.

Palavras-chave: Monocultura. Certificação Florestal. Mecanismos de Desenvolvimento Limpo. Comunidades Locais. Degradação Socioambiental.

NUEVAS ESTRATEGIAS PARA VIEJAS PRÁCTICAS: MONOCULTIVOS DE EUCALIPTO, CERTIFICACION FORESTAL Y LAS IMPLICACIONES PARA LAS CO- MUNIDADES LOCALES

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los efectos sobre las comunidades locales en la implementación de los monocultivos de eucalipto en dos situaciones expansión de estas plantaciones, principalmente en la zona y no certificado en el área de las plantaciones de eucalipto con certificación ambiental. La consolidación de la conciencia sobre la escasez de los recursos naturales y las consecuencias ambientales de la industrialización y el crecimiento económico basado en el uso intensivo de combustibles fósiles, la producción de un marco institucional, con el fin de regular las prácticas ambientales a mitigar los efectos de la tales prácticas. El Mecanismo de Desarrollo Limpio (MDL), los procesos de certificación ambiental de las empresas y el mercado de carbono son figuras centrales en este proceso. Sin embargo, la polisemia y las controversias en torno a este campo de la normativa y de certificación forestal institucional han planteado dudas en cuanto a sus objetivos y consecuencias prácticas. Los resultados presentados en este artículo revelan diversas estrategias de acción utilizados por sector monocultivo de eucalipto que a diferencia de la responsabilidad social y preservación del medio ambiente propuesta por los organismos de certificación para proporcionar selos verdes, no ha cumplido con los supuestos de la sostenibilidad ambiental y social. Por lo tanto, se realizó un estudio comparativo en dos comunidades rurales rodeadas de monocultivos de eucaliptos certificada y

no certificada municípios de Felixlândia / MG y Guaraciama / MG.

Palabras-clave: Monocultivo; Certificación Forestal. Mecanismos de Desarrollo Limpio. Comunidades Locales. Degradación Ambiental.

Introdução

Este artigo³ objetiva analisar os efeitos para as comunidades locais da implementação de monoculturas de eucalipto em duas situações de expansão dessas plantações, a saber: em área não certificada e em área de plantio de eucalipto com certificação ambiental, em situação que variam entre abastecimento das siderurgias e investimentos em Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

Apresenta-se no primeiro momento o processo de expansão da monocultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais para a produção de carvão vegetal responsável em abastecer as siderurgias também em crescimento na região central do Estado. Nessa fase, o Norte de Minas Gerais era tido pelos gestores políticos como uma região de vazio econômico, onde o Estado atua incisivamente com políticas públicas de integração regional o tornando parte da rota de desenvolvimento do país, garantindo altíssimos investimentos ao setor industrial e também florestal, pilares da política modernizadora adotada pelo governo estatal e federal.

Em meados das décadas de 1950-60 o Brasil passou por um processo de modernização da agricultura com a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde (RIBEIRO, 2005), onde o uso de agrotóxicos e máquinas pesadas passaram a compor o quadro da agricultura brasileira. Com o processo de ocupação e a necessidade de expansão das fronteiras do desenvolvimento, tanto a Amazônia como o Cerrado, vistos como áreas vazias, passaram a atrair atenção de diversos setores que se encontravam em áreas já saturadas do Sul e Sudeste, afetando diretamente o modo de reprodução social desenvolvida por comunidades rurais e tradicionais dessas regiões.

Anaya, Barbosa e Sampaio (2006) consideram que o Estado, baseado em políticas públicas do meio ambiente, impõe sobre espaços territoriais já ha-

3 Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

bitados por povos tradicionais um tipo de organização espacial totalmente diferente, marcado pelo discurso da modernidade, rompendo a relação homem/natureza estabelecida por essas populações em nome de uma concepção de desenvolvimento.

Aponta-se, a partir de então, a desvalorização dos processos culturais da região, através dos grandes subsídios estatais às empresas monocultoras de eucalipto. Desde então a atuação do poder público vem privilegiando o modelo de desenvolvimento que ignora os processos ecológicos e também as necessidades das pessoas que sobreviviam da agricultura baseada no cultivo tradicional.

No segundo momento uma nova dinâmica é adotada pelo setor florestal, as extensas plantações de eucalipto não mais atendem somente as siderurgias, essas passam a seguir outros métodos de garantia de lucros, onde as certificações, o mercado de carbono e os investimentos em projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo-MDL têm uma importância fundamental, principalmente após as crises e instabilidades do mercado siderúrgico.

Nesse cenário, a expansão das plantações de eucalipto é abordado no contexto da valorização das crises ambientais, tema central dos maiores debates mundial e uma das principais preocupações contemporâneas. Nesse momento, discute-se a trajetória e os avanços dos discursos ambientais. Procura-se focar o paradoxo que representa as certificações e selos ambientais, o que revela muitas vezes, ações tendenciosas de marketing, além do descumprimento de princípios básicos dos órgãos responsáveis em credenciar essas empresas, nesse caso os princípios do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal – FSC Brasil.

A trajetória das plantações de eucalipto, portanto, varia então desde vetor de impulsionamento da integração econômica da região Norte do Estado de Minas Gerais à dinâmica siderúrgica mineira, como também no âmbito dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e os Mercados de Carbono.

Ao reconhecer a situação conflitante de tais espaços, contextos e sujeitos envolvidos no processo, pretende-se, portanto contribuir com as discussões em torno das certificações de áreas monocultoras e do risco que os investimentos em projetos de tecnologias limpas no setor florestal podem representar se os

princípios estabelecidos pelos próprios órgãos fiscalizadores não se efetivarem.

Dessa forma, espera-se contribuir com o reconhecimento e a visibilidade dos processos vivenciados por comunidades espacialmente segregadas, com o intuito de valorização dos saberes e lutas dessas populações reconhecendo suas contribuições na luta pela manutenção e preservação dos recursos naturais e suas tradições.

Velha dinâmica de implantação da monocultura de eucalipto no norte de Minas Gerais

As condições topográficas favoráveis e o baixo preço das terras foram decisivos para a implantação dessas reflorestadoras, seja como produtora do termo-redutor carvão vegetal, seja como fonte energética ou matéria-prima para vários segmentos industriais. Essas são características do que se denomina nesse trabalho de primeiro ciclo de expansão da monocultura. Tal ciclo foi implantado com o objetivo de abastecer as siderúrgicas situadas no centro do Estado com matérias-prima advindas das extensas plantações do Norte de Minas Gerais, resultado de políticas de integração regional e do cenário de modernização do campo intervindo pelo Estado.

A década de 1970 foi o marco inicial dessa dinâmica a partir do momento em que políticas públicas de integração regional passaram a atuar incisivamente para que o Norte de Minas Gerais se agregasse a rota de desenvolvimento econômico do país. Desde sua colonização, o Brasil possui um grande histórico de desigualdade regional de produção e renda. A concentração socioeconômica do Centro Sul diferencia da realidade das regiões Norte e Nordeste, devido a inúmeros fatores como o pouco nível de investimentos em educação e urbanização entre outros que desfavorecem essas regiões.

As políticas de desenvolvimento regional e o cenário de modernização do campo, especificamente no Norte de Minas Gerais por historicamente ser uma região marcada por sua especificidade cultural dividida entre o tradicional e o moderno e por ser uma das principais regiões afetadas pela monocultura, implementada principalmente pelas políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE inicia o período onde o complexo industrial passou a comandar os processos de produção na agricultura.

Um ponto importante a ser considerado é que no Norte de Minas Gerais, vários processos sociais em curso necessitam de melhor análise e entendimento. Um desses é o contexto social em que se inserem as comunidades rurais que tiveram seus espaços ocupados por diversos empreendimentos agropecuários e florestais. As grandes empresas reflorestadoras juntamente com as modernas fazendas de gado, disputam hoje espaços com diversas comunidades baseadas em formas tradicionais de apropriação e uso dos recursos naturais compondo assim o atual universo agrário nortemineiro.

Percebemos que o mercado e o padrão de lucro e desenvolvimento no qual se inserem a lógica das empresas têm direcionado o atual cenário do Norte de Minas Gerais para a supressão dos recursos naturais ainda existente, com extensas plantações de eucalipto destinados principalmente à produção de carvão vegetal usado na siderurgia.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 organizaram-se iniciativas de desenvolvimento regional em âmbito nacional para reverter as tendências demográficas, econômicas e sociais indesejadas (BRASIL, 2008) e os investimentos públicos foram fundamentais para alcançar essas áreas pouco atrativas aos industriais. A siderurgia tornou-se importante setor para a economia brasileira, e o ferro gusa, matéria-prima do aço, foi o motor de impulso para o avanço crescente do eucalipto, pois o carvão vegetal era o principal produto impetrado pelas siderurgias.

O Brasil era um dos grandes consumidores de produtos siderúrgicos importados, esse cenário só começou a mudar após a posse de Getúlio Vargas na presidência da República, a partir do crescimento e a nacionalização da indústria de base que era uma de suas principais metas. Com grandes investimentos do capital estrangeiro, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946 concretizou seus planos e marcou o início da autonomia brasileira na produção de ferro e aço.

Segundo dados do Instituto Aço Brasil, em 1950, quando a usina já funcionava com todas as suas linhas, a produção nacional de aço bruto alcançava 788 mil toneladas e tinha início uma fase de crescimento continuado da produção de aço no país. Dez anos depois, a produção triplicava e passados mais dez anos, em 1970, eram entregues ao mercado 5,5 milhões de toneladas. - A

atual região Central do estado de Minas Gerais foi denominada, ao longo do século XX, de Zona Metalúrgica, Siderúrgica, Mineradora ou Central (COSENZA, 2005, p.38). E assim o setor siderúrgico em pouco tempo se consolidou e se posicionou entre as mais competitivas do mundo, ampliando suas tecnologias e sua participação no mercado mundial.

Minas Gerais acompanhou essa expansão e várias companhias se estalaram no Estado, utilizando-se de capitais privados nacionais e estrangeiros, e com uma enorme contribuição do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES para futuras expansões. O Estado atualmente possui destacada importância para o setor florestal brasileiro, sendo líder quanto ao valor bruto da produção da silvicultura no Brasil, sendo também o Estado com a maior área de florestas plantadas do Brasil, 1,423 milhões de ha, sendo só eucalipto 1,278 milhões de ha (IBGE, 2008).

Dessa forma, conforme Gonçalves (2001), o estímulo ao crescimento econômico comandado pelas políticas de incentivos fiscais onde se pretendia agregar extensas áreas a baixos preços, permitiu significativa expansão nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha a partir de 1974, aumentando consequentemente o crescimento econômico das siderurgias centrais. Lembrando que nas décadas anteriores a esses incentivos os plantios eram circunvizinhos às empresas consumidoras.

Todo o movimento de transferência das plantações, apesar de direcionarem suas atividades para o cerrado, - foi acompanhado pela manutenção e intensificação das atividades de desmatamento e de carbonização das matas nativas pelos consumidores industriais (GONÇALVES, 2001, p.131), tal como vinham sendo praticadas nas outras regiões.

Dessa maneira, as siderúrgicas de Minas Gerais utilizam-se das plantações de eucalipto, principalmente advindas do Norte do Estado. A trajetória de crescimento da silvicultura perdura até os dias atuais, onde Minas lidera o ranking dos Estados com maior produção de carvão vegetal de florestas cultivadas com 78,3% da produção Nacional (IBGE, 2008).

Quando as empresas de plantações de eucalipto chegaram aos sertões não foram dadas devidas considerações às especificidades do lugar. As condições topográficas favoráveis e os baixos preços das terras foram atrativos maiores

que os saberes regionais, que como dito, não são alternativa rentável para o capital. A cultura extrativista, tida como atrasada e arcaica, foi substituída pelas plantações de eucalipto que em pouco tempo cobriram grande parte dos Cerrados e Chapadas.

Com a modernização agrícola o homem do campo se viu sem seus meios de reprodução social afetando toda a esfera cultural da região, dando início aos intensos conflitos, visto ter dois grupos de interesses diferentes disputando determinado território para apropriação e exploração dos recursos naturais.

A nova dinâmica do setor florestal no contexto das certificações e MDL

O aquecimento global é algo real e tem afetado diretamente as condições humanas de sobrevivência. As discussões sobre as mudanças climáticas e a inserção dos chamados MDL's (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) para a mitigação do clima se intensificam e as tendências de expansão do consumo e conseqüentemente dos processos industriais, tem causado desajustes ambientais de proporções irreversíveis.

Toda a atual atenção dada às mudanças climáticas não são meras preocupações de um grupo de ambientalistas ou governos inquietados com o meio ambiente. Esse tem sido o maior desafio da sociedade atual visto o enorme impacto que tal fenômeno tem provocado. As elevadas temperaturas têm acarretado conseqüências em diversas áreas que atingem desde a flora e fauna como também as grandes corporações mundiais, devido à expansão de suas produções que tem comprometido todo o ciclo sustentável da terra.

A forma exploratória como o homem tem se apropriado dos recursos é a grande discussão por traz das bruscas alterações climáticas, as grandes catástrofes ambientais e a necessidade de mudanças de hábitos de produção acumulativa só demonstram o grau de manejo insustentável e atenta para repensarmos sobre a confiança que se tinha na esgotabilidade dos recursos e como diria Boa Ventura Santos (2012), no mito do crescimento econômico infinito.

O devido reconhecimento desses fatos está sendo colhido da pior forma possível, com a destruição e morte de animais e milhares de pessoas contabilizadas

a cada desastre natural justamente pela falta de respeito aos limites impostos pela natureza e até mesmo pela legislação. Esse tem sido o preço pago para que o grande capital continue sempre em expansão e acompanhando todas as investidas do mercado.

As consequências de tanta imprudência é a elevação das temperaturas provocadas pelas elevadas taxas de concentração de gases de efeito estufa- GEE na atmosfera. Nessa perspectiva se inserem os protocolos e acordos internacionais e nacionais de medidas para tentar mitigar as mudanças climáticas, medidas essas que requerem alguns compromissos tanto por parte da sociedade em geral, mas principalmente pelo setor empresarial.

A apropriação do discurso verde, proferido pelas empresas e legitimado pelo Estado, revela uma série de consequências onde o espaço é esvaziado de seu sentido natural para abarcar a materialidade econômica de uso em um processo valorativo inserido em uma lógica perversa de conflitos, principalmente territoriais, de exploração e utilização dos recursos.

Para o pesquisador Lopes Pinto (2011, p.01),

a viabilização de empreendimentos impactantes demonstra que há, no Brasil, um processo de financeirização das políticas ambientais e abertura de um novo mercado, da chamada □ economia verde, que irá servir para gerar compensações que justificarão a continuidade da degradação socioambiental .

Portanto, os acordos internacionais e toda legislação e normas vigente no país em relação ao meio ambiente, foram elaboradas no sentido de compensar os estragos causados pela industrialização, que segundo Bianchi (2003) estavam longe de atender aos anseios dos ecologistas e ativistas dos movimentos ambientais, pois os acordos eram avaliados da maneira que ponderavam perdas de valor econômico, analisando principalmente termos de custos/benefícios.

Diante da crise ecológica percebe-se que os instrumentos de normatizações e padrões de manejo dos recursos naturais tem tido efeitos contrários ao que inicialmente foram propostos. Os processos de certificações são exemplos de análise, visto estarem inseridos em um contexto do discurso geral do de-

envolvimento sustentável⁴, mas ao mesmo tempo, acarretam uma série de questionamentos quanto à propaganda formada sob os produtos derivados de indústrias.

As condições impostas pelos tratados internacionais com respeito ao manejo dos recursos naturais é resultado, segundo Shiva (1995) citada por LASCHEFSKI (2010), da globalização das questões ambientais que estaria inviabilizando as preocupações ambientais múltiplas dos movimentos grassroot⁵. Dessa forma, as grandes proporções dadas aos problemas ambientais tratadas de forma global na verdade é uma maneira de achar outros responsáveis pelo problema,

Ao invés de responsabilizar o Banco e as empresas pelos danos ambientais causados por eles e pelo desaparecimento de comunidades rurais com modos de vida mais adequados ao meio ambiente, o problema foi tratado como recurso global (LASCHEFSKI, 2010, p. 71).

Portanto, os impactos das mudanças climáticas, apesar de atingir a todos, recaem primeiramente sob aqueles com menores condições e que muitas vezes têm melhor conhecimento sobre o bom manejo dos recursos naturais. Como citado anteriormente, o problema tem sido tratado de forma global, e assim vem ganhando destaque no debate internacional, com inúmeras conferências realizadas com os principais governos mundiais.

O Protocolo de Kyoto merece ser analisado detalhadamente devido à sua relevância no que diz respeito à tentativa de conter as emissões de gases à atmosfera e assim repensar a conjuntura dos impactos causados pelos processos industriais. Este protocolo estabeleceu projetos que visam alcançar o equilíbrio às concentrações de gases no intuito de conter as emissões em um nível sustentável reduzindo assim a interferência no clima. Como o protocolo é um acordo internacional (ARAUJO, 2008) isso significa que o Protocolo compartilha preocupações e princípios dispostos na Convenção do Clima com complexidade situada nos requisitos de controle das emissões.

⁴ O desenvolvimento sustentável é, de forma geral, definido como aquele [desenvolvimento] que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras, de atenderem às suas próprias necessidades (Relatório Brundtland, 1987).

⁵ Expressão dada a um grupo de pessoas com objetivos em comum, dispostos a dar visibilidade a suas causas através de passeatas, manifestações, etc.

Os compromissos e metas assumidos entre 189 países em somar esforços para contenção dos GEE's induz à mudanças no processo produtivo, pois as empresas terão que investir em mecanismos de contenção da poluição para que não tenha perda na eficiência e na qualidade do produto. Para isso o protocolo prevê três medidas para os países cumprirem suas metas: o primeiro prevê parcerias institucionais de responsabilidade social na criação de projetos ambientais; o segundo se refere à compra e venda dos créditos de carbono; e por fim os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo foram outra medida adotada pelo Protocolo, onde requer também uma atenção especial devido ser um recurso de compensação utilizando novas tecnologias na tentativa de melhorar a qualidade de vida e manter um ambiente sustentável permitindo a participação dos países em desenvolvimento.

Conforme o parágrafo 1, do artigo 12 do Protocolo de Kyoto, fica definido um mecanismo de desenvolvimento limpo. Segundo o protocolo,

o objetivo do mecanismo de desenvolvimento limpo deve ser assistir às Partes não incluídas no Anexo I para que atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para o objetivo final da Convenção, e assistir às Partes incluídas no Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3 (MCT- Ministério das Ciências e Tecnologias, Protocolo de Kyoto, 1997).

O carbono tornou-se então moeda de troca e uma alternativa viável para os países em desenvolvimento, já que os países que não tinham o compromisso em reduzir as emissões poderiam vender seus créditos, dessa forma o setor industrial não precisa alterar seu quadro de produção, muito menos reduzir suas taxas de poluição, apenas comprem o que os outros países deixaram de poluir. O grande questionamento dessa medida é se realmente essa atitude tem contribuído para a mitigação das variações climáticas, visto que apenas há uma compensação dos problemas ambientais de um lugar (nesse caso dos países desenvolvidos) pela não poluição dos países em desenvolvimento.

Para Laschefski (2005, p. 245), os mecanismos de desenvolvimento limpo

abre a possibilidade para empresas, corporações ou governos de países industrializados investirem em projetos nos países em desenvolvimento, contribuindo assim, para a redução de CO₂ na atmosfera. Os investidores recebem CER's que são contabilizados como crédito no balanço total das suas metas de emissão acordadas no protocolo de Kyoto.

A preocupação das comunidades em áreas de plantio de eucalipto é justamente quanto ao aumento dessas áreas devido aos novos incentivos proporcionados ao setor, o que só acarretaria mais prejuízos às populações que convivem diariamente com os problemas causados por ele.

O caso Plantar na comunidade de São José do Buriti, Felixlândia/MG

Minas Gerais possui 1.400,000 ha de plantios florestais com eucalyptus em 2010, o Estado com a maior área e distribuição de plantios (ABRAF, 2011). A Plantar é uma das empresas de maior importância para o setor, e tem atuado em diversos empreendimentos no Estado, com unidades de serviços em 16 municípios mineiros, sendo a primeira siderúrgica produtora de ferro gusa não integrada no Brasil a ter seu sistema de gestão certificado de acordo com as normas da ISO 14000, e utiliza apenas o carvão vegetal como matéria-prima termorreductora na produção do ferro gusa³.

O ferro-gusa verde é a marca registrada da Empresa Plantar, mas atualmente seu projeto mais reconhecido é o de Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal, resultado do investimento da empresa em tecnologias limpa através das unidades de carbonização distribuídas na região de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova. Um novo momento para o setor florestal que tem se utilizado dessas novas estratégias para obtenção de maiores lucros sob suas plantações.

A empresa se destaca nesse cenário por ser uma das principais de cerca de 200 empresas em Minas Gerais que exploram o plantio do eucalipto e pioneira quanto à captação de recursos junto ao Fundo Protótipo de Carbono (PCF), administrado pelo Banco Mundial, a geração e venda de créditos de carbono.

Um dos motivos alegados era que ela teria direito a estes créditos a partir da fixação de carbono em 23.100 hectares de novos plantios da monocultura de eucalipto nos municípios de Felixlândia e Morada Nova. O Fundo PCF recebe doações de vários países de empresas poluidoras como da Holanda, Bélgica, Noruega e Inglaterra, a partir do interesse destes países neste tipo de projeto, viabilizado pelo Protocolo de Kyoto.

O projeto iniciou suas operações em 01 de julho de 2004 e presume-se que estará em operação por pelo menos 21 anos. Segundo o Jornal hoje em dia de 22 de setembro de 2010, a Plantar Carbon negociou com o BIRD a aquisição de 1,5 milhões de toneladas de CO₂ por US\$ 5 milhões. O projeto aprovado é para uma área plantada de 11 mil ha.

Apesar de ser considerado pela classe empresarial um grande projeto no processo de compensação de emissões de gases carbono, este é também alvo de grandes críticas. Diversas ONG's e as próprias comunidades onde o projeto é executado veem denunciando as irresponsabilidades e inadimplemento que começam desde sua aprovação e processo de validação.

As primeiras críticas são feitas, primeiramente quanto ao critério onde se deve ouvir os comentários das partes interessadas locais e ONG's do município. Segundo o relatório de validação a entidade de projeto convidou as partes interessadas locais para comentários em duas fases. A primeira, feita em outubro de 2001, cuja lista das partes interessadas contactadas consta do DCP, mas nenhum comentário foi recebido. Na segunda etapa, em dezembro de 2006, um número maior de partes interessadas foi contactado com cartas-convite para comentários e envelopes selados. As cartas recebidas foram apresentadas à equipe de validação durante a visita ao local, todos de natureza positiva. Essas informações contradizem com os relatos dos entrevistados. Segundo eles ouve realmente essas reuniões, mas nada do que foi abordado por eles foram considerados no relatório. Essa é apenas uma de tantas outras irregularidades citadas pelos moradores de São José do Buriti.

São José do Buriti, a localidade estudada nesse momento, está localizada no município de Felixlândia, na região central do estado de Minas Gerais. Possui atualmente uma população de 14.121 habitantes e tem sua economia baseada na agricultura, pecuária, extração de pedra ardósia, monocultura de eucalipto

além do comércio local. A região contempla diferentes ecossistemas do estado, desde cerrados a recortes da mata atlântica, dividindo espaço também com montanhas e planaltos (IBGE, 2010).

A região de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova tiveram ainda maior importância e visibilidade econômicas, principalmente, a partir do momento em que fizeram parte do local de atividades e implementação das unidades de carbonização do projeto de MDL da Plantar.

Através das análises feitas em campo, observa-se que a comunidade vem passando por grandes transformações em sua estrutura econômica, social e ambiental, influenciadas por diversos empreendimentos instalados na região. No primeiro momento a região era cercada por grandes fazendas, algumas já com iluminação tocada por moinhos, criações de gado, produção de arroz e algodão, cana de açúcar para fabricação de rapadura. A plantação de mandioca era a produção local mais forte.

A partir de 1923, quando começaram a dar início as obras e, sobretudo, após 1962, com a construção da barragem de Três Marias, vieram também os cercamentos. O município passa, então, por uma nova dinâmica territorial. As relações entre trabalhadores e fazendeiros mudam, destituindo o sistema de agregados, fazendo com que esses trabalhadores se tornassem assalariados. Além de todos os impactos sabidos de uma barragem, a represa afetou o processo reprodutivo de várias espécies de peixes, principalmente o Curimatá-pacu, afetando, conseqüentemente, a renda familiar de diversos pescadores, comprometendo também, a alimentação dos moradores locais.

Na mesma década em 1966 o empresário Azevedo Antunes se associa a um outro empresário norte americano na criação da Veragro – Veredas de Minas Agropecuária S.A, a empresa comprou grandes quantidades de terras no município e empregou muitos trabalhadores durante anos. Além da criação de gado, a empresa produzia principalmente mandioca, tudo indica que essa produção já era para abastecimento da usina de álcool que anos mais tarde seria inaugurada em Curvelo em 1973 que fazia parte do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). De acordo com Motoyama (2004) a Petrobrás foi a responsável pelos investimentos na produção do álcool de mandioca, desenvolvido pelo Instituto Nacional de tecnologia (INT). A usina de Curvelo foi pioneira nessa

produção chegando a processar 150 toneladas de mandioca por dia.

Com a crise do petróleo e o fracasso do Proálcool, a usina de Curvelo fechou e a Veragro pouco tempo depois decretou falência, dando início ao outro momento que data a partir de 1976 quando começaram as primeiras plantações de eucalipto na região. A Manesman foi a primeira empresa a comprar terras para suas plantações. A Ical chegou logo em seguida e por último a Plantar que comprou primeiramente as terras da Veragro em 2000.

Notamos assim, três principais momentos que contribuiu para esse processo de transformação local. As figuras abaixo representam esses momentos. Para entendermos melhor o histórico de São José do Buriti, convidamos alguns moradores, entre jovens e idosos, para nos ajudar a retratar melhor o local através de desenhos simbolizando um mapa da região. Através dessas imagens eles puderam detalhar melhor como era a comunidade e como estar hoje. Como não há um histórico oficial sobre o distrito especificamente, buscamos por meio dessa técnica resgatar a história desse lugar através da memória dos moradores mais antigos ⁶, exprimida em relatos de vida e experiências.



Figura 1: São José do Buriti antes da monocultura do eucalipto.

Fonte: Ilustração feita por moradores da comunidade, 2010.

⁶ Foram convidados 5 moradores locais. As idades variam de 86 a 18 anos entre homens e mulheres.



Figura 2: São José do Buriti após a monocultura do eucalipto.

Fonte: Ilustração feita por moradores da comunidade, 2010.

Como podemos observar através das figuras 1 e 2 várias foram as modificações de ordem econômica, ambientais e principalmente sociais. São José do Buriti faz parte de um universo rural rico em tradições e simbolismo. A população desse distrito possui forte ligação com o território, o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2006, p.35).

Após a chegada dessas empresas, o distrito de São José do Buriti sofreu fortes mudanças em todos os sentidos. As primeiras demonstrações foram os impactos causados com a falta d'água, as nascentes dos córregos do Buriti e do Riacho Fundo secaram, coisa que nunca tinha acontecido de acordo com os moradores. Foram feitas denúncias em que constataram que o eucalipto estava plantado a apenas 18 metros da nascente. Após a visita de uma comissão parlamentar, formada por cinco deputados liderados pelo Padre João (do Partido dos Trabalhadores- PT) a empresa foi obrigada a recuar 100 metros das nascentes.

A falta d'água afetou diretamente vários moradores, o governo federal chegou a furar alguns poços e a Plantar deu as caixas d'águas e assumiu o compromisso de abastecê-las, o que não vem sendo cumprido segundo os – beneficiários. Esse fator, junto à proximidade das plantações às casas dos moradores foram os primeiros motivos de denúncias. Constantemente as casas das pessoas estavam sendo invadidas por cobras e outros bichos, efeitos também da mudança na cadeia alimentar da fauna local.

Foi encontrado um grande número de emas mortas dentro das plantações, o que levou a empresa adotar um projeto chamado – Ame a Ema – para que se evitasse a extinção da espécie. Biólogos e outros pesquisadores participam ativamente desse projeto para que a Ema não entre em extinção na região.

Se eles não tivessem plantado eucalipto, não precisava de ter esse projeto né, porque se hoje a ema está em risco de extinção é por causa deles mesmo. Aí o que mais agente via era ema nos matos, hoje não se vê mais nada, só um monte morta que agente via toda hora aí, não tem mais o que elas comer né, por isso os outros bichos estão entrando nas casas dos outros, era a ema que comia cobra e tudo mais (E3, morador de SJB, 83 anos).

Além desses problemas, o uso dos agrotóxicos nas plantações, tem afetado as pequenas criações de gado da vizinhança. Inúmeras vezes já foram encontrados animais mortos por envenenamento, até mesmo peixes. E o problema mais recente tem sido o incômodo da fumaça advindas dos 720 novos fornos construídos no local por duas empresas (Fergubrás e Gargéu), ambas terceirizadas da Plantar. Essas empresas começaram a atuar na região a pouco mais de quatro meses, arrendaram 40 ha de terras, nesse tempo já levantaram 720 fornos já em funcionamento, segundo o gerente de carvoejamento da empresa tem previsão de serem construídos mais 480, para utilização em um período de sete anos.

A comunidade encontra-se atualmente em um quadro onde os moradores não são ouvidos, e a idéia de território passa a não ter o mesmo significado visto o valor mercadológico inserido sobre ele, o território está associado a idéia de poder, nesse caso ao poder público, estatal e das grandes empresas □que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando

as fronteiras políticas (ANDRADE, 2004, p.19), e todos os processos de reprodução social local.

Através desse histórico local percebemos o quanto os interesses econômicos continuam prevalecendo sob o discurso sustentável. Todos os processos citados levam a um outro, de desterritorialização que como Haesbaert (2006) afirma, “muito mais do que representar a extinção do território, relaciona-se com uma recusa em reconhecer ou uma dificuldade em definir o novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo” (p.143). A substituição de culturas tradicionais por monoculturas só contestam o grau de selvageria do capitalismo no que diz respeito à produção e consumo que não aceitam uma outra lógica contrária à da acumulação e do lucro

Considerações finais

O presente estudo fundamentou-se nas análises dos projetos e alternativas utilizados pelo complexo industrial silvicultor no estado de Minas Gerais determinadas por duas dinâmicas de expansão das plantações de eucalipto. Apresentado no primeiro momento pela produção de carvão vegetal para abastecimento das siderurgias e posteriormente a expansão das plantações visando atender aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL.

Questões historicamente construídas em torno do excesso e abuso quanto ao manejo dos recursos naturais resultaram no necessário quadro de retrocesso às expectativas de crescimento econômico, principalmente por parte dos maiores poluidores do mundo. Os discursos climáticos de proporção global têm beneficiado um grupo seleto de organizações e empreendimentos que imbuídos pelo – discurso verde tem se aproveitado das crises e catástrofes ambientais e se rotulado como salvadores do planeta. O grande questionamento é se realmente o clima, e principalmente as pessoas que estão sendo afetadas diretamente pelas irresponsabilidades e agressões ao meio ambiente, tem sido beneficiados com as possíveis soluções apresentadas até momento.

É sabido que questões ligadas ao meio ambiente sempre estiveram subordinadas a outras questões, principalmente no que diz respeito às decisões econômicas. No entanto, as questões ligadas ao meio ambiente tomaram

proporções tão gigantescas que ficou insustentável não tratar sobre o assunto e dar a devida importância para o tema visto tamanha degradação causada por décadas de desrespeito aos limites impostos pela natureza e degradação dos recursos naturais. O crescimento econômico contribuiu, portanto para o estabelecimento da crise ecológica atual.

Dessa maneira, percebemos o quanto a temática é complexa, tendo em vista principalmente esse sistema de compensação global de poluição através de sumidouros originados de plantações de eucalipto, já observados todos os impactos de uma monocultura, onde ultrapassam as barreiras do local. A questão analisada é que o sistema de compensação através de tecnologias limpas não tem sido eficientes para conter o nível de emissões de gases poluentes lançado na atmosfera, visto as últimas estatísticas. O Relatório do Instituto Carbono Brasil – afirma que a liberação de GEEs na atmosfera atingiu 33 bilhões de toneladas no ano passado e destaca que o Protocolo de Kyoto corre o risco de ser considerado ineficaz por não limitar as emissões das nações emergentes (LIPINSKI,2011). Ainda de acordo com o relatório o estudo do JRC, intitulado Tendências de longo prazo nas emissões globais de CO₂, aponta que a emissão de gases do efeito estufa (GEEs) cresceu 45% entre 1990 e 2010.

O que observamos é um jogo de interesses econômicos maior disfarçados pelo discurso ambiental e do bem estar coletivo que ultrapassam as barreiras do sócio-ambiental em detrimento das relações capitalistas.

As pesadas críticas a esses projetos denunciadas durante anos por vários movimentos sociais e ONG's ambientais parecem não ter tido as devidas considerações, pois até o momento desde 2005, mais de 300 projetos de MDL foram implementadas no Brasil ⁷. É importante atentarmos para as estatísticas das atividades dos projetos no âmbito do MDL, divulgado periodicamente no site do UNFCCC. Até 2008 foram codificados segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia 3.471 projetos, sendo 1071 já registrados pelo Conselho.

Não estamos aqui desconsiderando os investimentos e estudos em alternativas para uma tecnologia mais limpa que contribua para o meio ambiente, o que chamamos atenção é para as falhas nas implementações desses projetos, que

⁷ Dados retirados do Encontro- O papel da Sociedade civil em Projetos de Mitigação das Alterações Climáticas – realizado em Brasília nos dias 26 e 27 de outubro.

começam desde suas certificações, até a falta de transparência no cumprimento dos critérios estabelecidos e o desrespeito às sugestões e opiniões das comunidades diretamente envolvidas no processo, que continuam sendo ignorados.

Percebemos com isso que apesar das críticas ao setor, dos inúmeros estudos e denúncias, nenhuma solução tem sido tomada por parte desses órgãos. Compartilhamos com Muneiro e Oliveira (2007, p.12) que os conflitos continuam a esbarrar na questão capital/trabalho na medida em que o apelo ao discurso verde é a qualidade de vida que aparece como entrave nos modos de produção, mas tais discursos estão sendo proferidos justificando toda e qualquer prática dessas empresas.

Dessa maneira, todos os impactos gerados no decorrer desses anos e os discursos instituídos e autorizados pelas leis e financiamentos não se justificam ao analisar os resultados finais dos investimentos. Segundo Vieira Júnior (2007, p.05),

para dominar a natureza nos apropriamos do discurso ecológico ou “verde”. Modelos científicos que esvaziam a percepção humana e a produção da existência para a vida. A dimensão do homem com seu meio, do homem-natureza como parte indissociável da natureza material, desaparecendo como sentido na sociedade contemporânea invalidada pelos artifícios mediadores do conhecimento científico.

Ao propagar o discurso verde, a prática empresarial capitalista criou uma nova maneira de continuar explorando os recursos naturais, aliando o modelo econômico ao campo da – preservação ambiental. Essa iniciativa agrega ainda mais valor aos seus produtos, endossando, conseqüentemente, o acúmulo dos lucros através do marketing ambiental proferido. O apoio do Estado ao ciclo de evolução desses projetos tem sido decisivo.

A legislação ambiental, apesar de ser instrumento de regulação no manejo dos recursos naturais e conflitos existentes, através de programas de fomento, tem privilegiado os grandes projetos agropecuários e silvicultores, desde a formulação das leis à sua aplicabilidade, em detrimento do manejo tradicional de agricultores que tentam resistir às transformações da agricultura moderna.

Apesar da relevância que o setor traz a economia do país, por ter em sua base a exportação, as plantações de eucalipto, tanto as certificadas quanto as que não possuem tais credenciais, sempre estiveram ligadas a um contexto de deterioração dos recursos naturais e êxodo rural, sendo um dos principais responsáveis pela destruição da biodiversidade existente nos diversos biomas, evidenciada pelos inúmeros conflitos denunciados por ONG's, movimentos sociais, sindicatos etc.

Mudaram-se os discursos, mas na prática pouca coisa se avançou. Apesar das discussões ter tomado proporções globais, o que ressaltamos é que os espaços e territórios manejados pelas populações, principalmente com base na agricultura familiar, tem se tornado um grande laboratório subordinado a técnicas e métodos que em nada contribuem com a melhoria da qualidade de vida dessas populações que vivem na contra-força da lógica capitalista.

Referências

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S; SAMPAIO, Cristina. **Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira**. Unimontes Científica, Revista da Universidade Estadual de Montes Claros /Universidade Estadual de Montes Claros. – v 8, n. 1, jan/jun. 2006 – Montes Claros: UNIMONTES, 2006.

ARAUJO, Antônio Carlos Porto de. **Como Comercializar Créditos de Carbono**. São Paulo, SP, Trevisan Editora Universitária, 6º ed., 2008.

BIANCHI, Patricia Nunes Lima. **Meio Ambiente: Certificações ambientais e comércio internacional**. Curitiba,PA: Juruá Ed., 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. 2008. Disponível em:www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr. Acesso em:17 de julho de 2010.

CONSENZA, Rita Araújo. **Das Matas à Vila: mudanças no processo de trabalho e formação do assalariado florestal**. Um estudo de caso em Baixa Verde, Minas gerais. Dissertação (Mestrado), apresentado ao CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, Múcio Tosta . **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**. Tese (Doutorado), apresentada ao CPDA-UFRRJ: Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2010 - **Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em: outubro de 2011.

VIEIRA JUNIOR, Itamar Rangel. **O discurso “VERDE”: produzindo espaço, vendendo paisagem**. 2007. Disponível em: www.geoambiente.ufba.br/seminário/trab_Itamar.pdf, acesso dia 10 de janeiro de 2012.

LASCHEFSKI, Klemens. **Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte, MG, Ed. UFMG, 2010.

LASCHEFSKI, Klemens. **O comércio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade das políticas públicas: uma análise geográfica**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2005.

LIPINSKI, Jéssica. **Mercado de Carbono**. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?item=78&id=728038>. Acesso em fevereiro de 2012.

OLIVEIRA, Maria Diana de. **A reprodução do espaço e a prática “política” do movimento ambientalista**: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa do Ambiente. Belo Horizonte: IGC – UFMG, 2007, 286 p.

PINTO, João Roberto Lopes. **BNDES tem discurso verde e práticas cinza**. Entrevista especial com João Roberto Lopes Pinto. Revista IHU- Instituto Humanitas Unisinos- Revista On line disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500500-bndes-tem-discurso-verde-e-pratica-cinza-entrevista-especial-com-joao-roberto-lobes-pinto>. Acesso em: 20 jan. de 2011.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Da –largueza– ao –cercamento–. **Um balanço dos programas de desenvolvimento do cerrado**. In: ZHOURI, Andréa (Org). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Fórum Social Temático**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2012/01/25/forum-social-tematico-boaventura-sousa-santos-defende-que-debate-avance-alem-da-ideia-de-economia-verde/>. Acesso fevereiro de 2012.

Recebido para publicação em março de 2014
Aceito para publicação em junho de 2014

